

*Intervenção do Dr. Bornito de Sousa
Ministro de Administração do Território*

**INTERVENÇÃO DE ABERTURA DA XXXIII
ASSEMBLEIA GERAL DA UCCLA**

Senhor General Higinio Carneiro,
Governador da Província de Luanda, Presidente da
Comissão Administrativa da Cidade de Luanda e
Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UCCLA,

Senhor Dr David Simango,
Presidente da Câmara Municipal de Maputo e Presidente
da Comissão Executiva da UCCLA,

Senhor Dr. Vitor Ramalho,
Secretário Geral da UCCLA e, permita-me destacar, filho
desta Terra,

Excelências,

Distintos convidados,

A 28 de Junho de 1985, os representantes das cidades de Bissau, Lisboa, Luanda, Macau, Maputo, Praia, Rio de Janeiro e São Tomé/Água Grande assinaram o Acordo constitutivo da UCCLA, União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, criando esta associação intermunicipal de natureza internacional essencialmente voltada para a cooperação em áreas como a prevenção, a saúde, a educação e a cultura, infraestruturas, saneamento e ambiente, reabilitação e património, formação empresarial e autárquica e o sector institucional. A Organização foi, entretanto, sendo alargada integrando ou associando, no

caso de Angola, os Municípios e Cidades de BELAS, BENGUELA, CAZENGA, HUAMBO e MBANZA KONGO.

Desde a sua fundação, a UCCLA tem feito um trabalho digno de nota, no sentido do cumprimento do papel a que se propuseram os seus fundadores, não se limitando a ser um grupo de cidades unidas por uma língua comum, o português, mas convertendo-se, ano após ano, numa associação de cidades representantes de povos e nações livres, com características políticas, culturais e económicas distintas e num exemplo de que as diferenças de nível de desenvolvimento institucional, económico e social, não podem constituir factores impeditivos de uma cooperação saudável.

É, por isso, importante que a cooperação entre os membros da UCCLA e a nível bilateral, no âmbito de geminações, se intensifique e que as cidades com mais experiência a transmitam às demais.

Excelências,

Antecipando-se a uma tendência mundial, mais de 60% da população já vive nas Cidades e áreas urbanas de Angola.

São gigantescos os desafios que se colocam às cidades em todo o Mundo.

Se a realidade das Cidades europeias e da América do Norte, por exemplo, posiciona a segurança e o terrorismo no topo das suas preocupações, em África e em alguns países da América Latina e, mesmo, da Ásia, as prioridades estão relacionadas com questões, diríamos, básicas, como a educação e a saúde, a construção das instituições democráticas, o abastecimento de água e energia, a habitação social, a desordem urbanística, o sobrepovoamento, o deficiente ou inexistente saneamento

básico e gestão de resíduos sólidos, o congestionamento do trânsito, a insuficiência de transportes públicos, a criminalidade, telecomunicações e TIC's, etc.

Terá razão Benjamim Barber, ao defender, na sua emblemática obra "If Mayors ruled the world" (Se fossem os "mayors" e Presidentes de Câmara das Cidades a gerirem o mundo), que estes podem ser mais eficientes e pragmáticos que os Estados a lidarem com problemas globais tais como as mudanças climáticas, o terrorismo, a pobreza, o tráfico de drogas e de seres humanos, as armas e o fundamentalismo religioso?

Na perspectiva de Barber, o pragmatismo, a confiança, a proximidade, a participação, a indiferença às fronteiras estatais e à noção de soberania, a tendência transversal para o "networking", a criatividade, a inovação, a cooperação e a participação cívica, são factores que apontam para vantagens comparativas sobre a capacidade das Cidades melhor resolverem os problemas dos cidadãos, das famílias, das comunidades e das empresas.

O conceito de "Cidades inteligentes" ou "Smart Cities", com cada vez mais adeptos ao nível mundial, representa a harmonia entre as novas tecnologias, o meio ambiente e aqueles que, afinal, constituem o fim último da acção das administrações das Cidades: o cidadão e as empresas.

As novas tecnologias encurtam as distâncias e apresentam soluções para a promoção do bem-estar e a satisfação das necessidades mais prementes das populações e das empresas, ao mesmo tempo que contribuem para a criação de cidades seguras, limpas, resilientes, sustentáveis e boas para se viver.

Excelências,

Em Angola, já se tornou padrão, a citação do Presidente Dos Santos de que "a vida faz-se nos municípios", significando que é ali, onde as pessoas residem, que devem ser canalizadas as atenções da governação no domínio da criação de infraestruturas, da prestação dos serviços públicos essenciais e da melhoria dos índices de desenvolvimento humano.

Daí a crescente importância dada à municipalização das políticas governamentais voltadas para as comunidades locais que culminarão com a implantação das autarquias locais.

Nesse sentido também, teve já início a apreciação da legislação sobre as bases do Poder Local que, nos termos da Constituição e da realidade angolana, engloba as Autarquias Locais, as Autoridades Tradicionais e outras formas de organização dos cidadãos, como é o caso das Comissões de Moradores, figura recentemente criada por lei.

A respeito, não se pode deixar de assinalar aqui, a provável convergência das plataformas políticas para o mandato 2017-2022 no sentido de apontarem para a organização das Autarquias em Angola.

Excelências,

Antes de terminar, considero relevante fazer referência a dois importantes eventos que não devem deixar de merecer a atenção dos participantes:

Primeiro: A cidade da Praia, em Cabo Verde, vai acolher de 17 a 20 de Outubro do corrente ano, a 4.^a edição do Fórum Mundial de Desenvolvimento Económico Local para a qual são aguardados cerca de 2000 participantes em representação de governos locais, regionais e nacionais, representantes de organizações multilaterais, académicos e instituições de cooperação internacional e organizações sociais e económicas.

Trata-se de um evento que tem como propósito promover o diálogo global sobre o Desenvolvimento Económico Local (DEL), através da partilha de experiências, reforço de alianças entre as partes envolvidas, promoção da cooperação a nível nacional e estímulo das políticas de DEL para a implementação das metas de desenvolvimento sustentável a nível local.

Segundo: Os próximos dias testemunharão a convocação das Eleições Gerais que terão lugar durante o terceiro trimestre do corrente ano de 2017, as segundas, no quadro da Constituição de 2010.

Depois das eleições de transição em 1992, as realizadas em 2008 e, depois, em 2012, iniciaram um ciclo de regularidade constitucional que se consolida agora.

O envolvimento responsável, cívico e massivo dos cidadãos eleitores, muito particularmente, dos jovens e das mulheres, no processo de Registo de Eleitoral que terminou no passado dia 31 de Março, antecipam uma disputa eleitoral muito participada.

Este momento eleitoral vai ainda, muito provavelmente, presenciar uma renovação do quadro governativo, na sequência de sabias providências lideradas pelo Presidente José Eduardo Dos Santos que acresce às suas credenciais de arquitecto e garante da Paz e estabilidade nacional e

regional, uma transição política serena que alguns, especialmente no exterior de Angola, não imaginavam possível e que, quero acreditar, os eleitores aprovarão.

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Distintos Convidados,

Termino, saudando a escolha da Cidade de Luanda para albergar esta actividade e agradecendo o convite que me foi formulado e exprimindo votos de sucesso para a reunião da XXXIII Assembleia Geral da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa que, assim, declaro aberta.

Durante dois dias, a contar de hoje, os participantes, em representação das cidades congregadas na UCCLA, vão analisar importantes documentos e adoptar pertinentes deliberações cujos resultados, espera-se, se reflectirão num maior dinamismo das actividades da Associação.

A todos, pois, o nosso

MUITO OBRIGADO!